

Para plantar e colher arroz é preciso redesenhar a paisagem: narrativas de imigrantes europeus sobre o cultivo do arroz na Colônia Dona Francisca (século XIX)

Alanna Fernandes Duarte¹; Mariluci Neis Carelli²; Roberta Barros Meira³

RESUMO

O artigo analisa discursos e experiências acerca do cultivo de arroz na paisagem da Colônia Dona Francisca (atual cidade de Joinville, Santa Catarina). Essa paisagem florestal foi profundamente alterada pela imigração europeia e pelo fortalecimento de atividades da agricultura e do comércio na Colônia Dona Francisca do fim do século XIX. Narrativas sobre plantio do arroz foram descritas por imigrantes europeus por meio de cartas e jornais publicados nesse período. Com base no conhecimento de algumas dessas fontes, este texto propõe-se a discutir práticas de cultivo do arroz e suas correlações com o processo de formação de sistemas agroecológicos na paisagem da Colônia Dona Francisca.

Palavras-Chave: Paisagem cultural; Patrimônio; Arroz; Imigrantes.

¹ Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade. Universidade da Região de Joinville, UNIVILLE, Brasil. Professora na Faculdade Capivari, FUCAP, Brasil. alannahist@yahoo.com.br

² Doutorado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil. Professora na Universidade da Região de Joinville, UNIVILLE, Brasil. mariluci.carelli@gmail.com

³ Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Professora na Universidade da Região de Joinville, UNIVILLE, Brasil. rbmeira@gamil.com

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XIX, com a proposta imperial de apoio às “sociedades colonizadoras” para a instalação de “colônias estrangeiras” no Brasil, intensificou-se a imigração europeia a fim de colonizar e ocupar paisagens no Sul do Brasil. Entendida dentro do contexto do fortalecimento das políticas imigrantistas. Desde o século XVIII, o Brasil investiria em uma política imigrantista com o intuito de ocupar terras e fixar limites territoriais. Essa política foi retomada por D. João VI, no Brasil, em 1808, coroada pelo decreto de 16 de março de 1820, pode-se dizer que inaugurou o fundamento jurídico de formação de colônias no Brasil. Entretanto, seria após 1850, que a política imigrantista teria maior destaque, direcionando-a para a ocupação de áreas despovoadas, como Santa Catarina e Paraná. O projeto geral, das colônias consideradas oficiais, previa a doação de pequenas extensões de terra com vistas a produção de alimentos, de artesanato para o mercado interno e promover povoamentos de locais estratégicos, o aumento da reserva militar e o estímulo moral ao trabalho livre.⁴

A Colônia Dona Francisca⁵ foi instituída no ano de 1851 (atual cidade de Joinville, SC), ao nordeste da Baía da Babitonga, por meio do estabelecimento de um contrato entre o Príncipe de Joinville e a Princesa Francisca com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo. A região onde foi instalada a Colônia foi doada por Dom Pedro II ao príncipe francês Joinville, como presente de casamento com sua irmã a princesa Francisca Carolina. Essa localidade era situada no nordeste da Província de Santa Catarina, essas terras abrangiam desde as margens do Rio Pirabeiraba até o Rio Itapocu. Compreendia o território onde hoje são as cidades de Joinville, São Bento do Sul, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Corupá, Schroeder, Garuva e Campo Alegre.⁶

Atualmente, o cultivo do arroz em Joinville se destaca de maneira como uma agricultura que se difundiu no século XX. Em contraponto, este artigo parte de outra

⁴ Sheila de Castro Farias, *Imigrantes*, in Ronaldon Vainfas (Org.), *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2002) 350-352.

⁵ Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, *A Colônia Dona Francisca: a vida... o medo... a morte*, in *Histórias de (I)imigrantes: o cotidiano de uma cidade*, ed. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes (Joinville: Univille, 2005).

⁶ Carlos Ficker, *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca* (Joinville: Letra D'Água, 2008).

abordagem, evidenciando que o cultivo do arroz já existia no século XIX, desde os primeiros anos da formação da Colônia Dona Francisca, contrariando a bibliografia existente sobre o assunto. Nessa perspectiva, propomos discutir a paisagem tendo como aporte teórico principalmente os historiadores Donald Worster⁷, Dora Corrêa⁸ e Simon Schama⁹. As fontes primárias consultadas para esta pesquisa são narrativas publicadas por imigrantes e viajantes europeus em cartas, jornais, relatórios e outros documentos bibliográficos.

Para a delimitação temporal da pesquisa, procuramos nortear a discussão sobre o arroz e suas paisagens de cultivo desde os primeiros anos de formação da Colônia (1851) até a organização da primeira exposição de produções agrícolas, realizada no ano de 1878. No primeiro momento, apresentaremos algumas das práticas agrícolas empreendidas na paisagem da Baía da Babitonga. No segundo, momento, o artigo aborda como os imigrantes percebem o plantio do arroz e discute as interações do cultivo na paisagem regional com o sistema agroecológico¹⁰ da Colônia Dona Francisca.

O ARROZ E SUAS PAISAGENS DE CULTIVO

“O arroz, cozido apenas em água, é o alimento de todos os dias”¹¹. Nas palavras do historiador Fernand Braudel, esse cereal destaca-se entre os pratos mais nutritivos do cotidiano, sendo inegável seu valor para as pessoas que o cultivam e/ou que o consomem. Para o autor, há cuidados específicos no plantio, que podem variar

⁷ Donald Worster, “Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história”. *Ambiente e Sociedade* 5, no. 2 (2003): 23-44.

⁸ Dora Shellard Corrêa, “História ambiental e paisagem”, *HALAC* 2, no.1, (set. 2012 – feb 2013): 47-69.

⁹ Simon Schama, *Paisagem e memória* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996).

¹⁰ Para o autor, a noção de desenvolvimento de um “sistema agroecológico” envolve a formação de um “ecossistema domesticado”, por meio de processos contínuos de reestruturação do local e a introdução do plantio de alimentos no ambiente, visando a prosperidade de um grupo de pessoas, em diversos lugares no tempo, independente se “são primitivos ou avançados [...]”. É sempre uma versão truncada de algum sistema natural original: há menos espécies interagindo em seu interior [...], é um sistema de exportação, em que alguns dos produtos alimentícios produzidos são colhidos e transportados, às vezes apenas a uma pequena distância de um vilarejo agrícola, por vezes encontrando o caminho de um porto internacional. Em ambos os casos, deixam o sistema em perigo de tornar-se esgotado e degradado. [...] o sistema agroecológico deve alcançar um equilíbrio entre suas exportações e importações, ou ele perde sua produtividade e as pessoas decaem na pobreza e na fome” Cf. Worster, “Transformações”, 29-30.

¹¹ Fernand Braudel, *Civilização material, econômica e capitalismo – séculos XV-XVIII* (São Paulo: Martins Fontes, 2005), 132.

conforme as sociedades que cultivam essa planta e as paisagens nas quais ela é cultivada.

Com atenção aos arrozais de diferentes países, tais como da Ásia e da Europa, Braudel ressalta que são muitos os conhecimentos que envolvem o cultivo do arroz. Pode-se considerar que o arroz se disseminou como alimento e como parte do cotidiano de aldeias, comunidades, vilas e cidades. “Em toda parte, um calendário agrícola fixa a sucessão destes trabalhos”¹².

Embora nas descrições de imigrantes e viajantes as “paisagens” nem sempre tenham sido entendidas além da noção de “cenário, vista ou visualizado”, é possível dizer que “as paisagens são históricas e determinadas por uma série de particularidades culturais locais”¹³. Para Jean-Marc Besse, as paisagens publicizadas foram também paisagens vividas e habitadas, envolvendo descrições sobre razões e sentimentos dos homens com o tempo e a natureza¹⁴, compreendendo as diferentes espacialidades e temporalidades numa mesma paisagem.

Nesse viés, em narrativas sobre o arroz na Colônia Dona Francisca, podem ser reconhecidas paisagens históricas e vernaculares¹⁵ envolvendo as relações do cotidiano desses imigrantes com a natureza, mas ainda nesses discursos notamos paisagens políticas, nas fontes documentais consultadas coexistem os intentos e as descrições cotidianas que desejaram (ou não) evidenciar essas paisagens como colônia agrícola.

No que tange ao arroz no Brasil, há uma variedade de periódicos e publicações de diferentes áreas do conhecimento, e a maior parte dessas pesquisas aborda práticas e técnicas de cultivo e a comercialização desse alimento. No âmbito da história, Judith Carney e Rosa Marim¹⁶ afirmam que foram os botânicos que lideraram

¹² Braudel, *Civilização material, econômica e capitalismo – séculos XV-XVIII*, 131.

¹³ Côrrea. “História ambiental e paisagem”, 60.

¹⁴ Jean-Marc Besse, “Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar”, *GEOUSP: Espaço e Tempo* 18, no. 2 (2014): 241-252.

¹⁵ Besse, “Entre”, 241-252.

¹⁶ As autoras analisam o cultivo do arroz vermelho, a espécie *Oryza glaberrima*, de origem africana, existente no Brasil, mas ele foi gradativamente substituído no contexto da colonização portuguesa, que proibira a produção do arroz vermelho, privilegiando o consumo e a comercialização da espécie que ainda hoje é a mais conhecida, a *Oryza sativa*, de origem asiática. In: Judith Carney & Rosa A. Marim, “Aportes dos escravos na história do cultivo do arroz africano nas Américas”, in *Estudos, Sociedade e Agricultura*, no.12, p. 113-133, abril de 1999.

o interesse sobre a história do cultivo do arroz no Brasil, como Frederico Carlos Hoehne¹⁷.

O cultivo do arroz no Brasil estudado por Hoehne sinaliza que essa planta antecede a intervenção dos europeus nessas paisagens. Desde “quando os navios de Cabral aqui aportaram, alguns dos homens, caminhando até uma povoação onde habitavam índios, foram pelos mesmos obsequiados com várias cousas entre as quais também o arroz”¹⁸. Ao discutir acerca dessa planta, Hoehne apresenta diferentes possibilidades de cultivo desse cereal dos “aborígenes americanos”, ao tratar da “existência do arroz cultivado em nosso país, antes de aqui virem os europeus”¹⁹.

botânicos e viajantes mencionaram como nativo nos pantanais de Mato Grosso [...]; ou, mencionarão, talvez, a *Oryza subulata* Nees Ab Esenb, que vegeta espontaneamente no território sul-rio-grandense [...]. Ou senão é mais provável que de fato os aborígenes americanos, aqui no Brasil, possuíam e cultivavam o arroz, isto é, o tipo [...] *Oryza sativa*²⁰.

Para Warren Dean, o arroz é um dos alimentos “já aclimatados no Brasil” que tinha algumas medidas oficiais de estímulo a produtores desde o Império²¹. No Sul do país, paisagens de arroz do Estado de Santa Catarina têm sido associadas a práticas de plantio incentivadas por europeus e seus descendentes, enfatiza os processos imigratórios que ocorreram no século XIX. Contudo, esse alimento já fazia parte da paisagem do estado²² e poderia ter sido cultivado por diversos grupos étnicos em diferentes temporalidades.

¹⁷ Frederico Carlos Hoehne (1882 – 1959) foi um botânico e um dos primeiros cientistas brasileiros a realizar sistematicamente estudos abrangentes e perenes sobre a flora nativa, a biogeografia e a ecologia. Lançou-se oficialmente como cientista e pesquisador aos 25 anos, em 1907, e devido ao seu trabalho e contatos políticos, chegou ao cargo de Jardineiro-Chefe do Museu Nacional do Rio de Janeiro, a maior instituição científica do país. Foi em São Paulo, a partir de 1917, que Hoehne fez residência e desenvolveu uma atuação mais sistêmica na botânica e na preservação ambiental, tendo íntima relação com o surgimento do Instituto de Botânica do Estado de São Paulo, além de diversas outras atuações em fundamentais órgãos públicos para a flora brasileira até 1952. Cf. José Luiz de Andrade Franco; José Augusto Drummond, “Frederico Carlos Hoehne: a atualidade de um pioneiro no campo da proteção à natureza no Brasil”, *Ambiente & Sociedade* VIII, no.1, p. 2-27, jan./jun. 2005.

¹⁸ Frederico Carlos Hoehne, *Botânica e agricultura no Brasil no século XVI* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937), 33.

¹⁹ Hoehne, *Botânica e agricultura no Brasil no século XVI*, 39.

²⁰ Hoehne, *Botânica e agricultura no Brasil no século XVI*, 33.

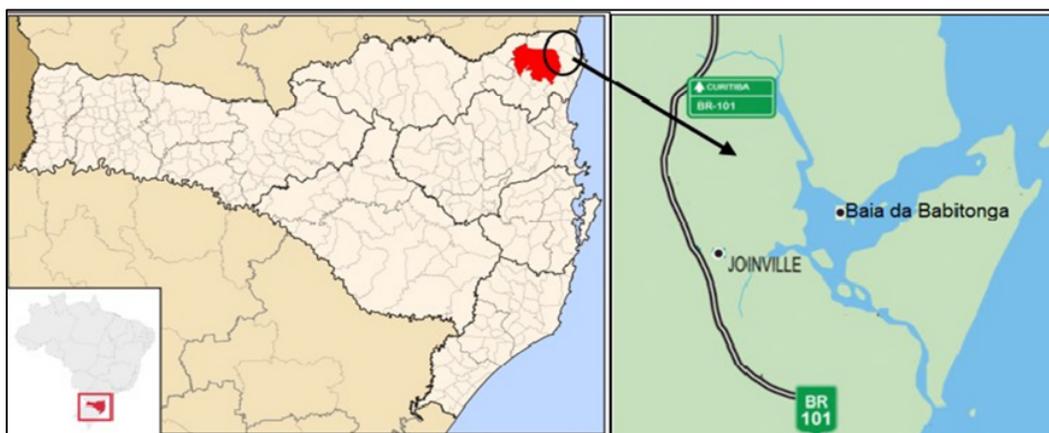
²¹ Warren Dean, “A botânica e a política imperial: a introdução e domesticação de plantas no Brasil”, *Estudos Históricos* 4, no. 8 (1991).

²² Alanna Fernandes Duarte, “Entre os roçados da colônia e os arrozais da cidade: o cultivo do arroz e as transformações na paisagem de Joinville, Santa Catarina” (Dissertação, Universidade da Região de Joinville, 2017).

Neste artigo, cabe ressaltar que a formação agrária da Colônia Dona Francisca (atual Joinville), na Baía da Babitonga²³ (Figura 1), está relacionada com as diretrizes que objetivaram o processo de ocupação do território nacional. A partir dos séculos XVIII e XIX, a então Província de Santa Catarina passou a ser ocupada por milhares de pessoas que emigraram ao Brasil. Algumas delas, insatisfeitas com as condições em que viviam, foram motivadas a buscar melhores condições de vida na paisagem regional de outro país²⁴.

Nesse contexto, há uma diversidade de registros, sobre a paisagem nacional, feitos por viajantes e imigrantes que realizaram expedições para pesquisas²⁵. Entretanto, alguns dos relatos que se referem a essa paisagem advêm de períodos anteriores à formação da Colônia Dona Francisca²⁶, ou possuem mais descrições de localidades vizinhas, sobretudo da Ilha de São Francisco do Sul²⁷.

Figura 01. Localização de Joinville (SC), com visão da Baía da Babitonga



Fonte: adaptado pelas autoras de Google, 2019.

²³ Com um importante remanescente da Mata Atlântica brasileira, a Baía da Babitonga está situada no norte de Santa Catarina e atualmente compreende as divisões entre o litoral e a Serra do Mar, que liga a cidade de Joinville e de São Francisco do Sul.

²⁴ Ficker, *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*; Guedes, “A Colônia Dona Francisca: a vida... o medo... a morte”.

²⁵ Gilmar Arruda. “Minha terra tem palmeiras’: paisagem, patrimônio e identidade nacional”, in *Patrimônio cultural e ambiental*, ed. Pedro P. A. Funari, Sandra C. A. Pelegrini, Gilson Rambeli (São Paulo: Annablume, 2009).

²⁶ Como exemplo, podem ser citados os relatos de Binot Paulmier de Gonneville (1504), e outros viajantes, como Dom Nuno Manuel e Cristóvão de Haro (1514), que descreveram a paisagem da Baía da Babitonga entre os séculos XVI e XIX. Cf. Dione Bandeira, *Arqueologia guarani em Santa Catarina: litoral norte*, in “Arqueologia guarani no litoral sul do Brasil”, ed. A. S. Dias, R. G. Milheira e G. P. Wagner (Curitiba: Anncis, 2014).

²⁷ Em 1656 a Ilha de São Francisco do Sul foi elevada à categoria de Freguesia Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco, como um dos principais núcleos da Província de Santa Catarina. Era conhecida, até meados do ano de 1851, como Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, um dos primeiros núcleos da Província de Santa Catarina. Cf. Eleide Findlay, “As disputas de terras no Termo de São Francisco Xavier de Joinville”. In *Anais da Associação Nacional dos Professores Universitários de História*, 2011.

Em *História ambiental e a paisagem*, Dora Côrrea ressaltou a importância de análises sobre “paisagens pretéritas”, que se referem às relações humanas e às transformações do passado no Brasil²⁸. É com esse intuito que a investigação visa por meio de diferentes fontes históricas reconhecer e analisar saberes e práticas de cultivo do arroz durante a formação da paisagem da Colônia Dona Francisca.

Um dos documentos mais conhecidos sobre a região foi escrito pelo botânico Auguste de Saint-Hilaire²⁹. No ano de 1840, o viajante registrou a sua passagem por São Francisco do Sul, situada ao leste da Baía da Babitonga³⁰. Sob diferentes perspectivas, Saint-Hilaire abordou aspectos da paisagem. Por intermédio dessa narrativa, é possível identificar que, entre as culturas agrícolas, as práticas do cultivo de arroz já faziam parte da paisagem, servindo como alimento para consumo interno na Freguesia de São Francisco do Sul e região, sendo também exportado para a Europa.

Na época da viagem de Saint-Hilaire, eram legítimos os processos de apropriação de imigrantes sobre terras tidas como despovoadas na Província de Santa Catarina. Por isso, existia uma paisagem distinta, na qual podia ser reconhecida a presença de moradores luso-brasileiros, indígenas e africanos na região da Baía da Babitonga, e a partir da segunda metade do século XIX milhares de europeus imigraram para lá com o intuito de fundar uma “colônia agrícola”³¹. No processo migratório, foi impulsionada a construção de outras paisagens culturais, que anteriormente eram conhecidas como “terras dotais”, pertencentes à princesa Francisca e ao príncipe de Joinville.

A proposta da criação de colônias foi amplamente discutida no Brasil e na Europa³². No ano de 1849, foi feito um acordo para a contratação da empresa

²⁸ Corrêa, “História ambiental e a paisagem”, (set. 2012 – feb. 2013).

²⁹ Auguste François César Prouvençal de Saint-Hilaire nasceu na França em 4 de outubro de 1779. Entre 1830 e 1851 publicou em Paris *Voyages dans l'intérieur du Brésil*, recebendo notoriedade ao divulgar diversos trabalhos relatando a paisagem e o cotidiano dos lugares que conheceu no Brasil.

³⁰ August de Saint-Hilaire, *Viagem a Curitiba e Santa Catarina (1779-1853)* (Belo Horizonte: Itatiaia, 1978).

³¹ Guedes, “A Colônia Dona Francisca: a vida... o medo... a morte”.

³² Izabela L. Schindwein. “Julie Engell-Günther: um novo olhar sobre a Colônia Dona Francisca” (Dissertação, Universidade da Região de Joinville, 2011).

Sociedade Colonizadora de Hamburgo³³ que visava à concessão de ocupação das “terras dotais” e estabeleceu critérios para a constituição e demarcação de oito “léguas quadradas de terra”³⁴. Assim, a partir do ano de 1851, foram recebidos imigrantes europeus pela Sociedade Colonizadora a fim de “formar um primeiro núcleo colonial e iniciar a derrubada das matas virgens, abrir brechas e picadas para as primeiras plantações”³⁵.

Nos primeiros anos de imigração da Colônia, foram realizadas consideráveis intervenções na paisagem. Os “imigrantes que vinham para o sul recebiam lotes de terra e tinham possibilidades de desenvolver a agricultura e manufaturas”³⁶. Não obstante, a maioria deles não estava capacitada para tais atividades, já que “nem todos que chegaram à ‘Colônia’ eram agricultores, acostumados à vida dura do campo”³⁷. Ao imigrarem, traziam consigo conhecimentos baseados nas memórias e nos lugares em que moravam anteriormente na Europa, como o exercício de diferentes ofícios, relações e representações sobre a paisagem³⁸. Nesse processo, era necessário o conhecimento dos “colonos” acerca dos rios, manguezais e outras singularidades da paisagem local³⁹, fomentando com isso a exploração da natureza e a extensão de áreas cultiváveis em direção às “terras dotais” situadas à oeste da Baía da Babitonga.

Assim, facilitava-se uma colônia agrícola, estimulava-se a construir nas propriedades casas e espaços dedicados às práticas da agricultura, que poderiam servir para a subsistência e a comercialização. Para isso, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo pretendia que fossem exploradas grandes quantidades de recursos naturais e uma considerável produção agrícola para ser exportada e comercializada na Europa.

³³ Leoncé Aubé foi representante do príncipe de Joinville e da princesa Francisca e membro da direção da Colônia Dona Francisca, por isso ele estava autorizado pelo império brasileiro e pelo príncipe de Joinville a acompanhar e auxiliar a gestão da Colônia realizada pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Com essa função, Aubé tinha o direito de um lote na Colônia Dona Francisca de cinco hectares (50 mil m²) ou 500 hectares em área destinada à agricultura rural.

³⁴ Ficker, *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*.

³⁵ Maria T. Böbel e Raquel S. Thiago, *Joinville: os pioneiros* (Joinville: Editora Univille, 2010), 32.

³⁶ Iara Costa. “A cidade em ordem: tensões sociais e controle (Joinville 1917-1943)” (Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, 1996), 25.

³⁷ Katianne Bruhns, “A ruptura no processo cultural de Joinville a partir da Campanha de Nacionalização”, *Esboços* 1, no. 1 (1994): 37.

³⁸ Schama, *Paisagem e memória*.

³⁹ Giralda Seyferth, “A dimensão cultural da imigração”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 26, no. 77 (2011).

Os depoimentos de Engell-Günther evidenciam algumas das dificuldades nos primeiros anos, já que se demandavam aos colonizadores intervenções no ambiente para a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento, tais como a extração de madeiras e a agricultura. Outros documentos escritos também possuem narrativas sobre os imigrantes europeus e seu desenvolvimento como “colonos” na paisagem regional⁴⁰. Algumas dessas fontes contêm discursos de otimismo em relação à paisagem, descrevendo-a como “fértil” e um ambiente agradável para viver, porém há fontes que apresentam discursos diferentes no tocante ao cultivo na paisagem, enumerando dificuldades locais, tais como condições climáticas e terras constituídas de mangues não muito propícias ao plantio, além das diversas epidemias e mortes. Ou seja, uma paisagem “hostil”⁴¹.

As ponderações feitas nesses documentos não estavam dissociadas das publicações sobre natureza que circulavam no Brasil e/ou na Europa. Descrições da natureza poderiam contribuir para a representação de uma “paisagem nacional” entre os Estados soberanos modernos, bem como subsidiar discursos para a construção de uma “identificação” territorial e cultural⁴². Dessa maneira, lugares ainda “pouco explorados” eram compreendidos nesse contexto como “barbárie vergonhosa”, parte das representações conflituosas entre o que se idealizava como “civilização” e “progresso” contra o “atraso” e “barbárie”. Logo, os imigrantes, incumbidos à ocupação dessas paisagens, como novos moradores “traziam uma identificação com um território que não era aquele, de florestas, era o da Europa”⁴³.

Certo é que também havia uma estreita ligação entre a valorização das matas com a sua vinculação direta a disponibilidade de terras férteis, somada ao

⁴⁰ Os homens da segunda metade do século XIX já tinham conhecimento dos novos princípios adotados por muitos países rivais brasileiros provenientes da chamada “agricultura científica”. Nesse sentido, eles acreditavam em uma transformação no sistema agrícola brasileiro pela introdução de técnicas avançadas e seu manejo pelos imigrantes. Tornava-se bem claro, diante da conjuntura internacional, que a defesa da vocação agrícola do país não seria uma utopia se os fatores naturais do país fosse somado à necessária modernização da agricultura, introduzindo melhoramentos técnicos, semelhante à estratégia de outros países. No entanto, o processo encontrou fortes entraves, dentre eles a própria apropriação das técnicas tradicionais brasileiros pelos colonos europeus, como a coivara. Cf. Capistrano de Abreu, “Instruções para os imigrantes” (Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Seção Manuscritos, 1897).

⁴¹ Alessandra M. Mathyas, “Histórias impressas de Joinville: estudo da historiografia e da influência da imprensa na escrita da maior cidade de Santa Catarina” (Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007).

⁴² Arruda, “‘Minha terra tem palmeiras’: paisagem, patrimônio e identidade nacional”.

⁴³ Arruda, “‘Minha terra tem palmeiras’: paisagem, patrimônio e identidade nacional”, 299.

fornecimento de combustível. Essa visão fica explícita em um manual para os imigrantes feito por Nicolau Joaquim Moreira⁴⁴. A província de Santa Catarina seria descrita como o “Paraíso do Brasil” pela amenidade do clima, regularidade das estações e fertilidade do solo, mas também por possuir preciosas madeiras e inúmeras plantas medicinais. A população e a economia que cresciam demandavam cada vez mais matéria-prima, fortalecendo a vinculação das riquezas naturais com a vocação agrícola. Ou seja, o progresso era transmitido tanto pelas imagens de riquezas naturais quase imensuráveis como pelos vislumbres de uma paisagem agrícola que avançava por estas “formidáveis florestas que ainda se estendem por centenas de léguas sem que o braço devastador do homem civilizado tenha podido dar fim”. Exemplo disso seria a própria Colônia Dona Francisca que contava com 7860 pessoas – sendo cultivados 20,168 dos seus 46.582,608 hectares, possuindo 78 engenhos de arroz, mandioca e milho, 84 de açúcar e aguardente e produção de cereais e madeira⁴⁵.

Semelhantes constatações indicam que muitas são as variáveis que devem ser levadas em conta na análise da visão da natureza que se propagou neste período. Nos diferentes espaços da região Sul, com os seus diferentes tipos de imigração, a existência de matas significava não só uma reserva florestal, mas, madeira para as diversas necessidades, que iam desde construções de moradias até a lenha, fundamental para o beneficiamento de alguns produtos agrícolas, como o açúcar, a rapadura e a aguardente. Em um momento em que se empregavam escassamente técnicas agrícolas mais avançadas, a existência de matas era um fator fundamental tanto para os grandes quanto para os pequenos produtores. Não obstante, se por um lado era valiosa a sua existência, por outro, não garantiu uma sobrevida muito longa a estas florestas.

Para os historiadores Manoel P. Santos e João Klug, não se pode afirmar que esses imigrantes “adaptaram-se ao meio” investindo os seus modos de vida da Europa

⁴⁴ Nicolau Joaquim Moreira foi diretor da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, dirigiu a sessão de botânica e agricultura do Museu Nacional e era redator da Revista Agrícola do IIFA, cargos que ocupou até 1887. Cf. Maria Amélia M. Dantas (Org.), *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930* (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001).

⁴⁵ Nicolau Joaquim Moreira, *Indicações agrícolas para os imigrantes que se dirigirem ao Brasil* (Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1875): 101-102.

para a paisagem local, visto que há muitas diferenças entre a natureza e os modos de vida com que deparavam nessa paisagem. Assim, é mais adequado reconhecer essa questão como um processo de “ajustamento” desses imigrantes com o novo ambiente⁴⁶, já que “a dita adaptação ocorreu através de ajustes em suas ‘bagagens de significados’ aliadas às transformações ocorridas na floresta ao longo da ocupação dos colonos”⁴⁷.

Com a política de incentivo à imigração, começava a se modificar estruturalmente a relação econômica e agrária na paisagem de toda a região da Baía da Babitonga. Além disso, a proposta de colonização agrícola ao oeste da Baía suscitou diversas formas de alterações da paisagem; recursos naturais eram utilizados por meio da exploração das matas e dos solos para o “desenvolvimento” local. Afinal, as terras cultivadas simbolizavam o esforço dos imigrantes para a domesticação de uma “paisagem selvagem e inóspita”⁴⁸.

Entre as diversas representações sobre a Colônia Dona Francisca, deparamos com algumas narrativas que mencionam a importância da agricultura no cotidiano dos imigrantes europeus, iniciadas por meio do exercício de queimadas da floresta, a fim de abrir espaços para as atividades da agricultura local. Dessa maneira, o desmatamento era entendido como prática necessária ao desejo colonial de abertura de caminhos e do estabelecimento de várias culturas agrícolas⁴⁹ na Colônia. Quando se vê isto mais de perto, percebe-se que a destruição das matas em consequência das práticas agrícolas, da necessidade de combustíveis, da exploração de madeiras preciosas, também foram partes indissociáveis da história desses núcleos coloniais, com profundas implicações ambientais e socioeconômicas.

⁴⁶ Manoel P. R. Santos e João Klug, “Viajantes, imigrantes e suas impressões sobre a floresta de Santa Catarina”, *Revista Catarinense de História Fronteiras* 10, (2002).

⁴⁷ Santos e Klug, “Viajantes, imigrantes e suas impressões sobre a floresta de Santa Catarina”, 92.

⁴⁸ Schama, *Paisagem e memória*.

⁴⁹ Ficker, *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*.

IMIGRANTES E AS PAISAGENS DE PLANTIO DO ARROZ NA COLÔNIA DONA FRANCISCA

A criação de colônias de imigrantes na Província de Santa Catarina impulsionou significativas intervenções na paisagem regional e transformações sociais e culturais⁵⁰. Nesse contexto, a formação da Colônia Dona Francisca necessitava da instalação de um sistema agroecológico⁵¹ a fim de tornar possível a sobrevivência dos imigrantes. Com as pressões da Província para a produção econômica e a construção de estratégias locais⁵², pretendia-se extrair recursos do ecossistema e realizar atividades de plantio. Nesse sentido, constituiu-se um conjunto de propósitos agrícolas eleitos na paisagem⁵³.

Por meio de narrativas produzidas por imigrantes europeus do fim do século XIX, pode-se inferir que o arroz fazia parte da paisagem da Colônia Dona Francisca, assim como anteriormente de outras regiões da Baía da Babitonga.

Na obra *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil (Colonie Dona Francisca)*⁵⁴, escrita em 1853, na língua alemã e traduzida em 1970 para o português, o imigrante prussiano Theodor Rodowicz-Oswiecimsky escreveu a respeito da região após sete meses de fundação da Colônia, ele foi engenheiro-geógrafo do Estado Maior Prussiano, antes de migrar teve ampla experiência como militar do exército de Schleswig-Holstein. Procurando reconhecer as áreas já ocupadas na paisagem e o andamento das atividades da sociedade colonizadora sobre novos lugares, detalhou os propósitos de avanço em direção ao oeste da Colônia, nas proximidades do:

Rio Piray-Piranga e a sua desembocadura na Lagoa Bonita, o terreno vai se tornando intransponível. Esta zona, porém, continua virgem [...]. Para a cultura, poderá ser aproveitada alguma parte destas terras, principalmente para o arroz⁵⁵.

Rodowicz-Oswiecimsky sugere atividades agrícolas possíveis, bem como relata dificuldades para o desenvolvimento local. Segundo o autor, os cultivos eram

⁵⁰ Manoel P. R. Santos, "O imigrante e a floresta: transformações ambientais, das práticas e da produção rural das colônias do Vale do Itajaí-SC" (Tese, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011).

⁵¹ Worster, "Transformações", 23-44.

⁵² Ficker, *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*.

⁵³ Worster, "Transformações", 23-44.

⁵⁴ Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil* (Joinville: FCC, 1992).

⁵⁵ Rodowicz-Oswiecimsky, *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*, 65.

realizados principalmente em pequenas propriedades, mediante a policultura e o trabalho familiar⁵⁶. Para ele, era pertinente ressaltar os enganos das propagandas de imigração que circulavam na Europa, assim como o fato de que “a maioria dessas pessoas não estava em condições de serem colonos”⁵⁷. Embora a prioridade de sua publicação não fosse a “descrição da história natural” ou um “manual agrícola”, o autor faz diversos comentários sobre as relações das atividades humanas na paisagem. De acordo com ele, eram interessantes registros a respeito de algumas das sementes que poderiam ser cultivadas, já que “a plantação é para a Colônia o assunto mais importante”⁵⁸.

A narrativa possui exaltação aos recursos naturais da Colônia Dona Francisca e, ao mesmo tempo, alerta no que concerne à necessidade de abertura de caminhos. Objetivam-se a expansão e o “progresso” das propriedades com maior aproveitamento da produção agrícola⁵⁹. Rodowicz-Oswiecimsky é enfático ao descrever os trabalhos dos imigrantes que visavam tornar a floresta uma “paisagem domesticada”⁶⁰.

As terras do Príncipe reuniam todos os requisitos favoráveis: situadas na zona temperada, entre os graus 26 e 27 Sul, onde o clima fazia desnecessária a estocagem de reservas para o inverno, garantia, em qualquer época do ano, mesa farta. [...] Além das terras da costa, ainda havia a tentação, além serras, do planalto até Curitiba e Lages, para milhões de pessoas que poderiam encontrar aí, um futuro promissor⁶¹.

No estabelecimento da Colônia Dona Francisca foram privilegiados espaços para as pequenas propriedades dedicados à agricultura de subsistência e também visando a meios para exportação de seus produtos, como o caso da venda de arroz e mandioca e principalmente a extração de madeira, práticas já comuns em outras localidades da Baía da Babitonga⁶². Segundo Ficker⁶³, a administração da Sociedade

⁵⁶ Gustavo Grein e Ilanil Coelho. “Os movimentos migratórios e a espacialização do rural em Joinville (SC)” in 3 Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações (Florianópolis: UFSC, 2014): 88.

⁵⁷ Rodowicz-Oswiecimsky, *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*, 20.

⁵⁸ Rodowicz-Oswiecimsky, *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*, 71.

⁵⁹ Para Grein & Coelho (“Os movimentos migratórios e a espacialização do rural em Joinville (SC)”), essas descrições buscavam avaliar as condições e possibilidades de desenvolvimento da Colônia com a instalação de empreendimentos capazes de assegurar também a oferta de trabalho local.

⁶⁰ Keith Thomas. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000).

⁶¹ Rodowicz-Oswiecimsky, *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*, 13.

⁶² Ilanil Coelho, “Pelos tramas de uma cidade migrante (Joinville, 1980-2010)” (Tese, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010).

⁶³ Ficker, *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*.

Colonizadora de Hamburgo fomentava a realização de mais esforços para o reconhecimento e a exploração da natureza, investindo na delimitação de “zonas rurais” para a produção de alimentos para o desenvolvimento da agricultura. Assim, posteriormente foram “surgindo as primeiras ‘vendas’ e indústrias, como olarias, serrarias, marcenarias, engenhos de arroz, de araruta, de açúcar”⁶⁴.

Ao considerar possibilidades de investimento da policultura na paisagem, Rodowicz-Oswiecimsky comenta alguns dos alimentos mais cultivados na Colônia Dona Francisca. Diz ele que os imigrantes “depositavam suas esperanças” na produção da cana-de-açúcar e do café, embora ele considerasse que esses plantios não eram tão rentáveis, pois “o calor não é suficiente para um amadurecimento uniforme, o que dificulta muito na colheita”⁶⁵. Nas descrições sobre as práticas agrícolas, destacou:

Este chão, com exceção dos em que vegetam as plantas do mangue, só se presta para plantar arroz, e para pasto nos lugares mais elevados. [...] Se presta para quase todas as culturas, principalmente para a cana, milho, arroz, [...] e é um excelente chão para a manutenção de hortas⁶⁶.

As representações das paisagens e das pessoas da América eram temáticas comuns em inúmeras imagens, pinturas e xilogravuras que circulavam no Brasil e na Europa⁶⁷. Com a difusão de paisagens naturais, divulgava-se uma visão estetizada do “pitoresco” na natureza, “no momento em que na Europa a paisagem estava sendo profundamente transformada por causa da Revolução Industrial”⁶⁸. Ainda, em diversos documentos a respeito de imigrantes europeus em Santa Catarina, são recorrentes descrições sobre a natureza como “gigantesca”, ou como lugar “onde tudo viceja”, uma vez que essa terra foi “agraciada”, ou também descrições de lugares “insalubres” que poderiam estar associados às “matas ‘sombrias’ e uma ‘majestade desconhecida’ que somente se mostrava com os raios de sol”⁶⁹. Nesse sentido, esses discursos

⁶⁴ COSTA, “A cidade em ordem: tensões sociais e controle (Joinville 1917-1943)”, 26-27.

⁶⁵ Rodowicz-Oswiecimsky, *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*, 44.

⁶⁶ Rodowicz-Oswiecimsky, *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*, 67.

⁶⁷ Rossato (2005b) estudou imagens produzidas pelo viajante sobre a paisagem da Ilha de Santa Catarina. Cf. Luciana Rossato, “Imagens de Santa Catarina: arte e ciência na obra do artista viajante Louis Choris”, *Revista Brasileira de História* 5, (2005b).

⁶⁸ Rossato, “Imagens de Santa Catarina: arte e ciência na obra do artista viajante Louis Choris”, 1.

⁶⁹ Rossato, “Imagens de Santa Catarina: arte e ciência na obra do artista viajante Louis Choris”, 1.

podem ter ou não elementos em comum, mas são diferentes representações das experiências e dos conhecimentos de cada sujeito nessa paisagem⁷⁰.

Ao inferir acerca do investimento e das atividades dos imigrantes, sustentava-se a noção de progresso. Entre suas perspectivas de modernização, Rodowicz-Oswiecimsky acreditava ser necessária a construção de novos engenhos movidos à força d'água, entretanto os rio Cachoeira existente na Colônia não possuem volume de água e nem força para mover pequenas indústrias, “Ainda não existe serraria nem outras indústrias como engenhos de cana, arroz, mandioca, etc.. Funcionando só com força animal, encarecem o produto”⁷¹. Por meio das considerações do autor, pode-se pensar sobre a noção de “sistema agroecológico” que desejava constituir na paisagem da Colônia Dona Francisca.

De acordo com Donald Worster, é nas relações humanas com a natureza, tal como a de um agricultor e suas atividades para o desenvolvimento da agricultura, que podem ser fomentados diferentes “sistemas agroecológicos”. Além disso, a formação de um “sistema” tem (ou não) semelhanças com outros “sistemas de cultivo” que são praticados em diversos lugares. Considerando-se que

introduziram plantas que não faziam parte do ecossistema nativo [...]. O trigo, o milho, e o arroz, os cereais mais amplamente cultivados, todos eles foram transportados bem distantes dos seus pontos de origem e têm substituído a vegetação numa vasta extensão da superfície terrestre⁷².

Nesse sentido, ao sugerir que o cultivo de arroz fosse disseminado como uma prática dos imigrantes na Colônia Dona Francisca, Rodowicz-Oswiecimsky apresenta sugestões para cultivar o arroz nesse “sistema” na paisagem. O cultivo,

embora de colheita mais difícil, poderá ser semeado simplesmente. Após quatro meses começam a amarelar as folhas e os frutos. Aproxima-se a colheita. Esta é feita por corte dos cachos cortados individualmente com as suas hastes. Depois de 4/5 meses, procede-se uma segunda colheita. É então malhado, afim de ser derrubado⁷³.

⁷⁰ Corrêa, “História ambiental e a paisagem”, 47-69.

⁷¹ Rodowicz-Oswiecimsky, *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*, 58.

⁷² Worster, “Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história”, 30.

⁷³ Rodowicz-Oswiecimsky, *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*, 78.

Rodowicz-Oswiecimsky continua sua narrativa sobre as etapas posteriores dos colonos para o beneficiamento desse alimento no engenho, recomendando o pousio da terra após alguns anos de cultivo. Depois da colheita, “as sementes são levadas ao engenho de arroz para descascamento. Este é movido por meio da roda d’água ou por força animal”⁷⁴. Ele conclui sua narrativa comentando sobre o comércio do arroz com a freguesia vizinha, São Francisco do Sul, por intermédio de um dos diretores da Colônia, o senhor Leoncé Aubé.

O imigrante prussiano Ottokar Doerffel escreveu cartas destinadas à sua mãe na Europa registrando suas atividades e as de seus funcionários na propriedade que havia comprado na Colônia Dona Francisca⁷⁵. Na carta de 12 de março de 1855, Doerffel conta que comprou um terreno de propriedade do senhor Ehlers, que cultivava cana-de-açúcar anteriormente. Após a compra, Doerffel iniciou a plantação de arroz e a construção de um poço de água ali. Em

21 de dezembro comecei a semear arroz numa clareira da mata, preparada por Ehlers, a qual eu tinha mandado limpar. Ao começar o meu trabalho, entre os inúmeros “toros e tocos”, não me senti muito à vontade, mas a coisa foi indo melhor do que eu esperava e agora o arroz já está se desenvolvendo otimamente bem⁷⁶.

Na carta, observa-se como as práticas de desmatamento estão associadas à plantação do arroz e aos impactos na mudança da paisagem. Além do arroz, Doerffel detalha outras práticas agrícolas empreendidas na paisagem, as quais acreditava ser as atividades que poderiam prosperar, tais como o engenho de farinha de mandioca, os cafeeiros e os pomares, cultivando frutas como abacaxi e banana.

Entre as fontes que discorrem sobre o tema da agricultura local, destaca-se a carta de Carl Bauer, que descreve suas experiências: “O machado trabalhava alegremente na mata virgem, derrubando-a para dar lugar as novas roças”⁷⁷. Segundo Bauer,

⁷⁴ Rodowicz-Oswiecimsky, *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*, 78.

⁷⁵ Elly Herkenhoff, *Era uma vez um simples caminho: fragmentos da história de Joinville* (Joinville: Fundação Cultural de Joinville, 1987); Elly Herkenhoff, *Joinville: ontem e hoje* (Joinville: Arquivo Histórico Municipal de Joinville, 1981).

⁷⁶ Herkenhoff, *Joinville: ontem e hoje*, 20.

⁷⁷ Böbel e S. Thiago, *Joinville: os pioneiros*, 421.

Terra! Podem agora exclamar, alegremente, os colonos de Dona Francisca, já que o chão inseguro sob seus pés e sabem agora o que devem plantar. O mais importante é a pecuária e a plantação de arroz, que fornece a palha para o adubo⁷⁸.

Pode-se constatar que a ideia de interdependência entre a agricultura e a floresta também fizeram parte do progressivo enraizamento da intervenção direta na paisagem provocada pela implementação das colônias agrícolas. No entanto, leis de cunho ambiental ligadas à imigração não foram comuns, muito menos prioridade em espaços em que o machado e a enxada procuravam terras férteis e destruíam tão avidamente as florestas – transformando-se em um problema silenciosamente postergado até os dias presentes. Pode-se observar uma tensão entre homem-natureza que se reproduz na paisagem, com planejamento e gestão vai se transformando o lugar a partir de valores e da percepção de uma cultura que se identifica com um determinado método de manejo da natureza e da terra e, vai se desenhando uma paisagem explorada, mas com conotação discursiva de transformação de um ambiente “selvagem” a um ambiente “produtivo”⁷⁹.

O resultado de tal situação é como destacado por uma publicação escrita no ano de 1865⁸⁰, a transformação das plantações de arroz em uma das mais relevantes práticas agrícolas, num contexto de aproximadamente 16 anos de imigração, e as suas intervenções na paisagem da Colônia. Segundo Bauer⁸¹, o cultivo de arroz poderia atender à expectativa de venda e consumo local, com a possibilidade de utilizar também sua palha, para produção de adubo nas plantações. A sua narrativa corrobora com a noção de valoração da Colônia para as terras cultivadas; o autor ensejava a extensão de campos agrícolas e a conclusão das estradas em direção à Serra Geral e a Curitiba.

Segundo o historiador Worster, no processo de desenvolvimento de práticas agrícolas, podem ser analisados “sistemas agroecológicos” diferenciados. Nesse

⁷⁸ Böbel e S. Thiago, *Joinville: os pioneiros*, 421.

⁷⁹ Maggie Roe and Ken Taylor “New cultural landscapes: emerging issues, context and themes”, in *New cultural landscapes*, ed. Maggie Roe and Ken Taylor (London and New York: Routledge, 2014).

⁸⁰ Publicação direcionada para um redator de jornal (não especificado) com o objetivo de enviar notícias sobre os imigrantes e o trabalho da Sociedade Colonizadora de Hamburgo na colônia (Böbel e S. Thiago, *Joinville: os pioneiros*).

⁸¹ *apud* Böbel e S. Thiago, *Joinville: os pioneiros*.

sentido, também o arroz, que se disseminou em diversas paisagens do mundo⁸². É possível considerar que no processo de introdução das sementes e formação anual de “paisagens do arroz”, eram ensejadas “sementes exóticas” que disputavam espaços com a fauna e a flora nativa para o desenvolvimento da agricultura na Colônia Dona Francisca.

No censo agrícola da Colônia Dona Francisca de 1866 e 1867⁸³, publicado no jornal *Kolonie-Zeitung* (*Jornal da Colônia*), encontra-se um levantamento das principais produções da localidade nesse período. Enumerando algumas das atividades da agricultura⁸⁴, o censo apresenta aumento da produção de arroz, apontando novas áreas para cultivar o cereal. Esse jornal registra que existiam dez engenhos de arroz movidos pela “força hidráulica” e 25 engenhos de arroz pela “força manual” na Colônia⁸⁵.

Na 1.^a Exposição Agrícola e Industrial de Joinville⁸⁶, realizada no mês de agosto de 1874, o arroz foi apresentado entre os produtos expostos⁸⁷. Essa exposição contou com desfiles e premiações aos participantes nas atividades mais destacadas do evento⁸⁸. Na ocasião, “inúmeros colonos das estradas mais afastadas vinham chegando, a cavalo ou de carroça. Da cidade de São Francisco e de localidades próximas, do Cubatão e até mesmo do Rio Negro, na Província do Paraná, dias antes já haviam chegado visitantes”⁸⁹.

A exposição foi organizada para mostrar o desenvolvimento da Colônia, esse evento constituiu-se numa autêntica celebração do trabalho e do progresso⁹⁰. O

⁸² Worster, “Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história”, 30

⁸³ “Censo Agrícola da Colônia Dona Francisca (1866-67)”, *Kolonie Zeitung*, 25 jan., 1868, 6, 4, 15. Tradução de Brigitte Brandenburg, concedida a esta pesquisa em outubro de 2015. Acervo Arquivo Histórico de Joinville.

⁸⁴ Esse documento refere-se às atividades agrícolas produzidas, destacando-se no censo o açúcar e suas variedades, além de arroz, milho, feijão, farinha de mandioca, araruta, café, manteiga e queijo.

⁸⁵ “Censo Agrícola da Colônia Dona Francisca (1866-67)”.

⁸⁶ Guedes, “A Colônia Dona Francisca: a vida... o medo... a morte”, 18 afirma que, com a criação da Câmara Municipal, em 1869, a sede da Colônia Dona Francisca passou a ser chamada de Município de Joinville. Ao mesmo tempo em que se formava uma cidade, a sociedade colonizadora continuava suas atividades de demarcação e administração das terras na Colônia.

⁸⁷ Nesse contexto, o império brasileiro participava de exposições internacionais de seus produtos. Essas exposições buscavam demonstrar uma proposta de modernização de um território predominantemente rural. Cf. Lilia M. Schwarcz, *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos* (São Paulo: Companhia das Letras, 1998).

⁸⁸ Os prêmios foram entregues no dia 20 de setembro de 1868 (Herkenhoff, *Era uma vez um simples caminho: fragmentos da história de Joinville*).

⁸⁹ “Censo Agrícola da Colônia Dona Francisca (1866-67)”.

⁹⁰ Dilney Cunha, *História do trabalho em Joinville: gênese* (Joinville: Toda Letra & Nova Letra, 2008): 63.

discurso de abertura da exposição foi feito por Ottokar Doerffel, como membro da Direção da Colônia. Ele exaltou o progresso agrícola e agradeceu a participação no evento de localidades vizinhas “do Oeste e do Leste”⁹¹. Doerffel deu importância à presença de participantes dessas localidades, já que, “possuindo maior prática na agricultura, poderão nos ensinar muitas coisas que desconhecemos”⁹². Publicado no *Jornal Kolonie-Zeitung*, esse discurso buscava enaltecer a realização da exposição.

Esse discurso de Doerffel revela a concepção de cultura e a transformação da natureza, tornando-a uma “paisagem domesticada”⁹³, assim como podemos evidenciar os intentos de uma “paisagem política”⁹⁴, demonstrando os avanços da direção da colônia. Contudo, nem sempre os discursos da Sociedade Colonizadora de Hamburgo e as propagandas publicadas na Europa e no Brasil sobre a paisagem da Colônia Dona Francisca correspondiam à expectativa e ao cotidiano desses imigrantes. Em alguns discursos publicados em jornais da região, exaltava-se especialmente o “trabalho” dos grupos germânicos na Colônia com base nas construções da memória narradora que representava a figura do imigrante como o “desbravador da floresta” e da memória “dos pais fundadores” como práticas da “*kultur alemã*”⁹⁵. Ora, isso significa um abandono dos discursos imigrantistas feitos pelo Estado que giravam em torno de uma descrição de uma natureza paradisíaca - marcada pela fertilidade da terra, a salubridade do clima ou a abundância das águas - e o fortalecimento das narrativas que colocam esses imigrantes como protagonistas ao superarem problemas graves como o isolamento destes locais, sua falta de infraestrutura e inúmeros outras dificuldades encontradas em uma natureza que como afirmava Sérgio Buarque de Holanda “foi frequentemente um obstáculo mais que um convite”⁹⁶. Nesse sentido, o incremento da agricultura serviu para consolidar a imagem da vitória dos movimentos imigratórias em uma nova conquista do novo mundo.

⁹¹ *apud* Herkenhoff, *Era uma vez um simples caminho: fragmentos da história de Joinville*, 118.

⁹² Herkenhoff, *Era uma vez um simples caminho: fragmentos da história de Joinville*, 118.

⁹³ Thomas, *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*.

⁹⁴ Besse, “Entre”, 241-252.

⁹⁵ Cunha, *História do trabalho em Joinville: gênese*.

⁹⁶ Sérgio Buarque de Holanda, “Prefácio do tradutor”, In T. Davatz, *Memórias de um colono no Brasil: 1858*, (São Paulo: Edusp, 1972): 10.

É o caso, por exemplo, do cultivo de arroz em Joinville, que já poderia assumir produção considerável para a comercialização local e para sua exportação. Conforme Herkenhoff, no mesmo ano da exposição agrícola foram vendidos produtos da Colônia para a capital Desterro (Florianópolis), Curitiba, Paranaguá e para “Rio Negro e outras localidades além da Serra”⁹⁷, assim como para cidades mais distantes, como Rio de Janeiro, Santos, Montevidéu (Uruguai)⁹⁸ e a “vários portos da Europa os seguintes produtos: [...] açúcar, álcool, manteiga, polvilho de araruta, *arroz descascado* e outros produtos”⁹⁹.

Nas publicações aqui apresentadas, também podem ser encontrados discursos de enaltecimento da produção do arroz, sendo a agricultura entendida como sinônimo do “progresso” e do trabalho dos imigrantes nessa paisagem. Ainda, nota-se nos discursos do *Jornal Kolonie-Zeitung* a construção de narrativas sobre a Exposição Agrícola que remetem à história da Colônia Dona Francisca como uma “paisagem domesticada”¹⁰⁰.

Segundo Herkenhoff, “a Grande Exposição Agrícola não foi a única e nem mesmo a primeira a ser organizada na Província”¹⁰¹, considerando que as iniciativas da Exposição Agrícola de Joinville (1874) e depois de Blumenau (1875) foram inspiradas em exposições anteriores realizadas na Colônia de Brusque, que promovia o evento desde o ano de 1872¹⁰². Já Cunha pondera que foi por meio de discursos “deterministas” sobre o crescimento de atividades agrícolas e industriais da Colônia que se exaltou a localidade “como uma marcha inexorável rumo ao progresso. Por isso essa fase da história de Joinville tem sido supervalorizada como uma nova era de prosperidade, em que se consolidou a ‘vocalização industrial’ da cidade”¹⁰³.

⁹⁷ Herkenhoff, *Era uma vez um simples caminho: fragmentos da história de Joinville*, 122.

⁹⁸ Além dos produtos agrícolas, o documento destaca a exportação de produtos industriais que passavam a ter mais ascensão em Joinville, tais como carroças, calçados, roupas, peças trabalhadas de funilaria, serralheria, selaria.

⁹⁹ Herkenhoff, *Era uma vez um simples caminho: fragmentos da história de Joinville*, 122.

¹⁰⁰ Schama, *Paisagem e memória*.

¹⁰¹ Herkenhoff, *Era uma vez um simples caminho: fragmentos da história de Joinville*, 124.

¹⁰² Para Schwarcz (*As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*), essas exposições faziam parte da proposta de modernidade de Dom Pedro II. Eram esforços para uma “exposição de modernidade” em que se visava associar a imagem de um imperador constitucional e os avanços de seu tempo.

¹⁰³ Cunha, *História do trabalho em Joinville: gênese*, 64. O autor pondera acerca do processo histórico de construção do discurso sobre a “modernidade e progresso” dos trabalhadores e o trabalho em Joinville, discordando das narrativas progressistas que foram publicadas a respeito da cidade. Para ele, “esse processo é descontínuo, envolve rupturas e conflitos” (Cunha, *História do trabalho em Joinville: gênese*, 64).

Cabe salientar que o cultivo e o preparo do arroz poderiam ser realizados por diferentes grupos e se incluíam nos afazeres domésticos de homens e mulheres da Colônia¹⁰⁴. O plantio e preparo do arroz na paisagem de Joinville e seus arredores podem ser encontrados em anúncios de terrenos publicados nos jornais desse período. Contudo, ao interrogarmos nesses documentos acerca do cultivo do arroz nessa paisagem, tal como adverte Worster, por mais que existam técnicas, táticas e narrativas de desenvolvimento e prosperidade de “sistemas agroecológicos” na terra, nota-se que tal cultivo também é “inevitavelmente dependente do mundo natural”¹⁰⁵.

O arroz perpetuou-se como uma das atividades agrícolas com mais destaque em Joinville e, por meio de diferentes práticas e representações de imigrantes e migrantes, tem participado do processo de industrialização e crescimento da cidade. Elas têm sido praticadas em uma paisagem cultural e socialmente construída, desde as populações que já habitavam a Baía da Babitonga e posteriormente, com os imigrantes na paisagem da Colônia Dona Francisca do século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história de Joinville o cultivo do arroz é recorrentemente lembrado e reconhecido como prática iniciada no século XX nos arredores da cidade, entretanto nesta pesquisa problematizamos essa abordagem com base em documentos produzidos por imigrantes europeus no quais se pode identificar que o cereal faz parte da paisagem local desde a Colônia Dona Francisca no fim do século XIX.

As narrativas de imigrantes europeus contribuem para o estudo sobre a produção de arroz e a relevância das práticas desse tipo de cultivo na paisagem. Os discursos a respeito do arroz nessa Colônia são descritos no contexto de uma paisagem que se encontrava em constante transformação, pelo acelerado processo de imigração europeia e pelas suas dimensões econômica, ambiental e cultural.

¹⁰⁴ O relato foi feito no ano de 1961 por Hilda Anna Krisch com base nas recordações de infância contadas por Maria E. Stamm (1873-1964) sobre Joinville. Nessa narrativa, o trabalho de pilar o arroz para o consumo era feito por ela e sua família. Cf. Janine G. Silva. “Vivências de mulheres em Joinville no século XIX” in *Histórias de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade*, ed. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes (Joinville: Editora Univille, 2005).

¹⁰⁵ Worster, “Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história”, 30.

São diversos os saberes e as práticas agrícolas que foram experimentados com o intuito de desenvolver a Colônia Dona Francisca. Fosse por meio de engenhos manuais, fosse mediante engenhos movidos à força hidráulica, o cultivo de arroz integrava as atividades de policultura praticadas por alguns desses imigrantes. Cabe ponderar que a dimensão econômica da agricultura e a produção do arroz não aconteceram exatamente como foram descritas em algumas narrativas que tendiam ao enobrecimento das atividades dos imigrantes europeus do século XIX em relação a outros grupos sociais. Tampouco, esses relatos condizem com descrições fiéis acerca da realidade desses imigrantes na paisagem, porém são narrativas que representam experiências ou idealizações de alusão ao desenvolvimento que esses autores almejavam para a paisagem Dona Francisca.

Contudo, é preciso analisar pelo viés da História ambiental as informações que se repetiam em quase todas as fontes ligadas à imigração e a ocupação das áreas florestas no Brasil do século XIX. Muitas vezes nessas fontes escritas há a “decodificação da paisagem” profundamente influenciada por uma bagagem do pensar europeu, fundamentadas na ideia de que esses lugares eram paisagens “inóspitas e selvagens”, ou então “naturalizadas” como terras “esvaziadas de gente”, já que são descrições construídas com base em uma visão colonialista dos sujeitos movidos pelo desejo de apossamento das terras. As possibilidades de se estar junto com populações indígenas ou a convivência mais harmônica entre florestas e agricultura não era uma questão considerada por esses homens na sua construção de uma paisagem agrícola.

Nesse sentido, publicações como a de Saint-Hilaire, de Rodowicz-Oswiecimsky, de Ottokar Doerffel podem ser importantes fontes que propiciam aos historiadores e a estudiosos de outros campos interdisciplinares de pesquisa reconhecer e analisar os pensamentos contidos nessas narrativas sobre a natureza. Além disso, tais publicações possibilitam ao pesquisador analisar algumas das representações desses imigrantes a respeito da produção e do cotidiano das colônias e de suas maneiras de reconhecer e registrar a paisagem local.

Por intermédio dessas fontes escritas, foi possível analisar algumas atividades de um “sistema agroecológico” que se modificava com a inserção do cultivo de arroz

na paisagem da Colônia Dona Francisca. Tal cultivo expandiu-se consideravelmente, tendo continuidade de produção nas paisagens locais de formas distintas, com a participação de novos sujeitos produtores e outras práticas agrícolas que foram sendo introduzidas com as imigrações e migrações posteriores durante o processo de crescimento e industrialização de Joinville (SC).

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e com o apoio do Fundo de Apoio à Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE.

REFERENCIAS

Abreu, Capistrano de. *Instruções para os imigrantes*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Seção Manuscritos, 1897.

Arruda, Gilmar. “Minha terra tem palmeiras’: paisagem, patrimônio e identidade nacional”. In *Patrimônio cultural e ambiental*, ed. Pedro P. A. Funari, Sandra C. A. Pelegrini, Gilson Rambeli. São Paulo: Annablume, 2009.

Bandeira, Dione. “Arqueologia guarani em Santa Catarina: litoral norte”. In *Arqueologia guarani no litoral sul do Brasil*, ed. Dias, A. S., Milheira, R. G. e Wagner, G. P. Curitiba: Annris, 2014.

Besse, Jean-Marc. “Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar”. *GEOUSP: Espaço e Tempo* 18, no. 2 (2014): 241-252.

Böbel, Maria T. e S. Thiago, Raquel. *Joinville: os pioneiros*. Joinville: Univille, 2010.

Braudel, Fernand. *Civilização material, econômica e capitalismo – séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Bruhns, Katianne. “A ruptura no processo cultural de Joinville a partir da Campanha de Nacionalização”. *Esboços* 1, no. 1 (1994): 37.

Carney, Judith e Marin, Rosa A. “Aportes dos escravos na história do cultivo do arroz africano nas Américas”, *Estudos, Sociedade e Agricultura* 12, (abril 1999): 113-133.

“Censo Agrícola da Colônia Dona Francisca (1866-67)”. *Kolonie Zeitung*, 25 jan., 1868, 6, 4, 15.

Coelho, Ilanil. “Pelas tramas de uma cidade migrante (Joinville, 1980-2010)”. Tese, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

Corrêa, Dora Shellard. “História ambiental e paisagem”, *HALAC* 2, no.1, (set. 2012 – feb 2013): 47-69.

Costa, Iara. “A cidade em ordem: tensões sociais e controle (Joinville 1917-1943)”. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

Cunha, Dilney. *História do trabalho em Joinville: gênese*. Joinville: Toda Letra & Nova Letra, 2008.

Dantas, Maria Amélia M. (Org.). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

Dean, Warren. “A botânica e a política imperial: a introdução e domesticação de plantas no Brasil”. *Estudos Históricos* 4, no. 8 (1991).

Dias, A. S., Milheira, R. G., e Wagner, G. P. *Arqueologia guarani no litoral sul do Brasil*. Curitiba: Annris, 2014.

Duarte, Alanna Fernandes. “Entre os roçados da colônia e os arrozais da cidade: o cultivo do arroz e as transformações na paisagem de Joinville, Santa Catarina”. Dissertação, Universidade da Região de Joinville, 2017.

Farias, Sheila de Castro. “Imigrantes”, in Ronaldon Vainfas (Org.), *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

Ficker, Carlos. *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*. Joinville: Letra D'Água, 2008.

Findlay, Eleide A. “As disputas de terras no Termo de São Francisco Xavier de Joinville”. In *Anais da Associação Nacional dos Professores Universitários de História*, 2011.

Franco, José Luiz de Andrade; Drummond, José Augusto, “Frederico Carlos Hoehne: a atualidade de um pioneiro no campo da proteção à natureza no Brasil”. *Ambiente & Sociedade* VIII, no.1, p. 2-27, jan./jun. 2005.

Franco, José Luiz de Andrade; Drummond, José Augusto. “Frederico Carlos Hoehne: a atualidade de um pioneiro no campo da proteção à natureza no Brasil”. *Ambiente & Sociedade* VIII, no.1, (jan./jun. 2005): 2-27.

Grein, Gustavo. e Coelho, Ilanil. “Os movimentos migratórios e a espacialização do rural em Joinville (SC)”. In 3 Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações. Florianópolis: UFSC, 2014: 88.

Guedes, Sandra Paschoal Leite de Camargo. “A Colônia Dona Francisca: a vida... o medo... a morte”. In *Histórias de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade*, ed. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes. Joinville: Editora Univille, 2005.

Herkenhoff, Elly. *Era uma vez um simples caminho: fragmentos da história de Joinville*. Joinville: Fundação Cultura de Joinville, 1987.

Herkenhoff, Elly. *Joinville: ontem e hoje*. Joinville: Arquivo Histórico Municipal de Joinville, 1981.

Hoehne, Frederico Carlos. *Botânica e agricultura no Brasil no século XVI*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

Holanda, Sérgio Buarque de. “Prefácio do tradutor”, In *Memórias de um colono no Brasil:1858*, ed. Davatz, T. São Paulo: Edusp, 1972.

Mathyas, Alessandra M. “Histórias impressas de Joinville: estudo da historiografia e da influência da imprensa na escrita da maior cidade de Santa Catarina”. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

Moreira, Nicolau Joaquim. *Indicações agrícolas para os imigrantes que se dirigirem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1875.

Rodowicz-Oswiecimsky, Theodor. *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*. Joinville: FCC, 1992.

Roe, Maggie and Taylor, Ken. “New cultural landscapes: emerging issues, context and themes”, in *New cultural landscapes*, ed. Roe, Maggie and Taylor, Ken. London and New York: Routledge, 2014.

Rossato, Luciana. “A luda e o diário: história natural. viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina (1763-1822)”. Tese, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

Rossato, Luciana. “Imagens de Santa Catarina: arte e ciência na obra do artista viajante Louis Choris”. *Revista Brasileira de História* 5, (2005b).

Saint-Hilaire, August de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina (1779-1853)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

Santos, Manoel P. R. “O imigrante e a floresta: transformações ambientais, das práticas e da produção rural das colônias do Vale do Itajaí-SC”. Tese, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

Santos, Manoel P. R., e Klug, João. “Viajantes, imigrantes e suas impressões sobre a floresta de Santa Catarina”. *Revista Catarinense de História Fronteiras* 10, (2002).

Schama, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Schlundwein, Izabela L. “Julie Engell-Günther: um novo olhar sobre a Colônia Dona Francisca”. Dissertação, Universidade da Região de Joinville, 2011.

Schwarcz, Lilia M. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Seyferth, Giralda. “A dimensão cultural da imigração”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 26, no. 77 (2011).

Silva, Janine G. “Vivências de mulheres em Joinville no século XIX” in *Histórias de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade*, ed. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes (Joinville: Univille, 2005).

Thomas, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Vainfas, Ronaldon (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

Worster, Donald. “Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história”. *Ambiente e Sociedade* 5, no. 2 (2003): 23-44.

Planting and harvesting rice requires redesigning the landscape: narratives of European immigrants about rice cultivation in the Dona Francisca Colony (19th Century)

ABSTRACT

The article analyzes discourses and experiences about rice cultivation in the landscape of Dona Francisca Colony (present-day city of Joinville, Santa Catarina). This forest landscape was profoundly altered by the European immigration and the strengthening of agriculture and trade in the Dona Francisca Colony in the late 19th Century. Narratives about rice planting were described by European immigrants through letters and newspapers published during this period. Based on the knowledge of some of these sources, this paper proposes to discuss rice cultivation practices and their correlations with the formation process of agroecological systems in the Dona Francisca Colony landscape.

Keywords: Cultural Landscape; Heritage; Rice; Immigrants.

Recibido: 08/05/2019
Aprobado: 11/09/2019